

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIVA

Artigo: 35º

Assunto: Facturas em língua estrangeira

Processo: D051 2007101 - despacho do SDG dos Impostos, em substituição do Director-Geral, em 11-06-07

- Conteúdo:
1. A requerente solicita que sejam aceites, para efeito do exercício do direito à dedução, as facturas emitidas em língua inglesa, pelo seu fornecedor X, residente na Alemanha mas registado para efeitos de IVA em Portugal com o nºNN.
  2. Pela Directiva 2001/115/CE, do Conselho de 20 de Dezembro de 2001 (em vigor desde Janeiro de 2002), foram estabelecidas algumas regras tendo em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à facturação em matéria de Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
  3. Acerca do solicitado pelo sujeito passivo, determina a citada Directiva que, *"Quando se relevar necessário para fins de controlo, os Estados Membros poderão exigir uma tradução, para a sua língua nacional, das facturas relativas a entregas de bens ou a prestações de serviços efectuadas no seu território, bem como das recebidas pelos sujeitos passivos estabelecidos no seu território"*.
  4. Ficará à consideração de cada Estado membro a decisão sobre a exigência da emissão das facturas na sua língua nacional, sendo que, no caso português, tem sido entendimento da Administração Fiscal que as facturas ou documentos equivalentes devem ser processados em língua portuguesa.
  5. Aliás, tal matéria encontra-se regulamentada pelo Dec.-Lei 238/86, de 19 de Agosto, referindo o seu artº 3º o seguinte:  
*" Sem prejuízo de conterem versão em língua ou línguas estrangeiras, os contratos que tenham por objecto a venda de bens ou produtos ou a prestação de serviços no mercado interno, bem como a emissão de facturas ou recibos, deverão ser redigidos em língua portuguesa"*.
  6. Contudo, tem sido superiormente entendido que quando a emissão de facturas em língua estrangeira não prejudique a liquidação do imposto nem a sua entrega nos cofres do Estado, se poderá, a título excepcional, aceitar esse procedimento, desde que seja garantida a sua tradução em português, sempre que se mostrar necessário por parte da Administração Fiscal.
  7. No caso em análise, o sujeito passivo questiona se pode exercer o direito à dedução com base nas facturas emitidas em língua inglesa.  
Sendo as mesmas aceites por não se encontrar prejudicada a liquidação do imposto (verifica-se da factura anexa que foi liquidado IVA à taxa de 21%), entendemos que o direito à dedução com base nestas facturas também não pode ficar prejudicado.
  8. Aliás, verifica-se que, nos casos de documentos de suporte de liquidação e de dedução, emitidos em língua estrangeira, nomeadamente nos casos em que há inversão da sujeição a imposto (aquisições intracomunitárias e alguns serviços adquiridos por sujeitos passivos nacionais a empresas não

estabelecidas em Portugal), não é estabelecido qualquer condicionalismo.

9. Face ao exposto, afigura-se que se poderá atender a pretensão formulada desde que seja garantida a tradução em português, quando se mostre necessário por parte da Administração Fiscal.